

Modos de objetivação da mídia e de subjetivação do leitor em discursos midiáticos autorreferenciais ¹

Lutiana Casaroli

Docente da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás - GO

Resumo

Esse artigo tem como objetivo compreender os modos de subjetivação do leitor, enquanto um sujeito individual e social, a partir dos processos de objetivação da mídia em seus discursos autorreferenciais. Essa pesquisa constitui-se a partir do método arqueológico proposto por Foucault (2002, 2003, 2004, 2006, 2008, 2009, 2014). Portanto, nosso ponto de partida se dá por meio da compreensão de enunciados autorreferenciais a partir de suas emergências discursivas. Desse modo, vamos considerar a irrupção de discursos autorreferenciais não necessariamente em busca de sua origem, nem da totalidade de suas aparições, mas, isto sim, levaremos em conta, a partir do direcionamento desse método, a formação, transformação e possibilidade de existência da autorreferencialidade, as regularidades que constituem esse objeto e as modalidades enunciativas mobilizadas.

Palavras-chave: autorreferencialidade midiática; subjetivação e objetivação; governamentalização; cuidado de si.

Introdução

Com o objetivo de compreender os modos de subjetivação do leitor, enquanto um sujeito individual e social, a partir dos processos de objetivação da mídia encontrados no âmbito de seus discursos autorreferenciais, a presente pesquisa lança mão do método arqueológico proposto por Foucault (2002). Para tanto, o ponto de partida da investigação se dá por meio da análise dos enunciados levando-se em consideração suas emergências discursivas. Foucault (2002) concebe o enunciado em sua emergência, isto é, em sua irrupção, justamente porque entende que é na dispersão que podemos encontrar as regularidades desses enunciados. Segundo Foucault (2002, p. 112) “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados”. Simultaneamente à aparição material da autorreferencialidade midiática, ela emerge com uma espécie de “*status*, entra em redes, se coloca em campo de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho GT 3: Discursos, identidades e relações de poder. Atividade integrante do XIV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

onde sua identidade se mantém ou se apaga” (FOUCAULT, 2002, p. 121). Sendo assim, tentaremos conceber aqui a noção de autorreferencialidade midiática dentro de uma historicidade que irá nos possibilitar a compreensão da emergência desse conceito. A objetivação da mídia, objeto desse estudo, produz possibilidades de subjetivação do sujeito leitor construindo, assim, sujeitos que leem o jornal e que percebem a mídia a partir de discursos que têm suas regras de formação na interlocução com a sociedade formada com base nos valores calcados nessa existência midiática.

O sujeito leitor de jornais, enquanto experiência subjetiva, não é uma experiência universal, tampouco fixa. O leitor é resultado de práticas linguísticas mutáveis no seio da sociedade. Essa produção da subjetividade do leitor está ancorada/pautada na proteção e produção da vida em sociedade e, devido a isso, inscreve-se no interior de uma racionalidade que busca a governamentalização. Tais discursos serão compreendidos, portanto, enquanto dispositivos de poder que objetivam e regulam as práticas sociais. A governamentalização funciona especialmente por meio da instituição de mecanismos de segurança que, por sua vez, são oriundos de discursos constituintes e constitutivos de dispositivos de poder capazes de regular, normalizar e normatizar as práticas sociais. Assim sendo, esse trabalho tem por objetivo compreender como se conferem os modos de subjetivação do leitor, enquanto um sujeito individual e social, em discursos midiáticos autorreferenciais.

Devido à relevância da mídia na articulação discursiva e na produção de sentidos nos dias de hoje, temos por intuito investigar as relações estabelecidas entre o discurso midiático autorreferencial e a produção de subjetividades de leitores – para sujeitos que leem o jornal e significam o universo leitor. Levando-se em consideração as estratégias discursivas utilizadas pela mídia, verificaremos ainda o modo pelo qual os saberes sobre si e o outro são construídos e distribuídos no espaço midiático que constitui verdades acerca do discurso autorreferencial midiático. Com a midiática da sociedade, as mídias tendem a incentivar os indivíduos a exercerem uma espécie de governo de si mesmos por meio de formas de controle sobre seus corpos, sentimentos, pensamentos e da vida, de um modo geral. Ancora-se nesse governo de si as condições básicas para se alcançar o bem estar e a felicidade. Pretendemos entender, portanto, como as práticas do governo de si são dispostas para o sujeito como condição de se tornar um sujeito atual, enquanto leitor midiaticado.

Tradicionalmente a mídia impressa apresenta dois territórios distintos: o discurso publicitário, que tem por objetivo a venda propriamente dita, e o discurso de caráter jornalístico, que tem por vocação promover a circulação de informações de interesse público. Com o

surgimento do discurso autorreferencial, um terceiro território foi instaurado, pois agora há uma mescla entre a produção de verdades sobre si com o intuito de vender a si mesmo. Tal técnica de escrita de si está ancorada no desejo de saber e no desejo de verdade do sujeito contemporâneo.

O discurso autoelogioso, exibicionista e intimista constitui a ordem do mundo contemporâneo cercado pelas redes sociais digitais e pela internet tornando a autorreferencialidade midiática um imperativo de nossos dias. Pautada pelas verdades científicas e tecnológicas, compõe as práticas discursivas e não discursivas, as formas de exercícios do poder e a produção de subjetividades. Logo, acreditamos que a autorreferencialidade hoje funcione como um dispositivo que tem suas práticas discursivas/não discursivas incessantemente alteradas, ampliadas, modificadas de modo a garantir a permanência do biopoder. Portanto, a partir de agora, a autorreferencialidade midiática será explorada sob a ótica foucaultiana.

1. Autorreferencialidade midiática na ótica foucaultiana

Esse estudo adota a língua materializada em forma de texto e tem o discurso autorreferencial midiático como seu objeto de pesquisa. Para tanto, tomaremos os enunciados componentes dos textos, nos quais a mídia faz incursões sobre si, em face dos efeitos de sentidos que produzem. A pesquisa justifica-se especialmente pelo fato de a autorreferencialidade ser eminentemente discursiva, ou seja, ela constrói-se por meio do discurso, não é uma imagem do locutor exterior à sua fala. Por isso a relevância em estudar o discurso autorreferencial no quadro da Análise do Discurso.

Para Foucault (2002, p. 135), discurso é o “conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva”. Grosso modo, podemos dizer que Foucault compreende discurso como um conjunto de enunciados que podem ser de campos diferentes, mas que seguem regras sociais e históricas que regulam o exercício da enunciação. A questão do poder emerge com o intuito de compreendermos como se dá a existência autorreferencial midiática em face da articulação entre sujeito e discurso. Aqui, abordaremos os “domínios foucaultianos”, expressão cunhada por Veiga-Neto (2003) em relação à obra de Foucault compreendida em “ser-saber”, “ser-poder” e “ser-consigo”. Vamos à busca dessa compreensão a partir do entendimento de poder e de subjetividade presentes na fase da genealogia (ser-poder) de Foucault (2006). O que apreendemos dessa fase é que existem estratégias de sujeição utilizadas pelas sociedades e tipos de relações de poder que se estabelecem e constituem os sujeitos e que elaboram suas verdades, seus saberes. Portanto, diferentes formas de poder são

trabalhadas por Foucault (2008). Por constituir-se em uma instância dotada da capacidade de dizer, de mostrar e de circular socialmente saberes-verdades, consideramos a mídia como um suposto dispositivo de poder que atua na constituição de subjetividades. Juntamente a instituições já consagradas, a mídia entra nessa rede microfísica do poder que interfere diretamente na constituição da vontade dos sujeitos e nos modos de construção de subjetividades.

Dessa forma, encaramos a mídia, especialmente a que se articula em torno da autorreferenciação, como instância detentora de micropoderes que, ao proliferar alguns enunciados em detrimento de outros, promove um acontecimento discursivo e inscreve posições-sujeito no jogo da enunciação. São essas relações de poder que vão determinar enunciados verdadeiros ou falsos, válidos ou não válidos em seu tempo e espaço. Para tanto, os discursos midiáticos, principalmente os autorreferentes, estão cobertos pelo que Foucault (2008) chamou de “vontade de verdade”. A estratégia de validação de seu dizer e de si mesmo perpassa a questão da produção do discurso verdadeiro, legítimo que abarque conteúdos inerentes a si:

A verdade mais elevada já não residia no que ele era, ou no que ele fazia, mas residia no que ele *dizia*: chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação e sua referência (FOUCAULT, 2008, p. 13).

Por ser uma matriz que operacionaliza estratégias de produção de sentidos, a mídia realiza operações de inteligibilidade das realidades, assim como constrói realidades segundo estratégias de significação. A mídia trata de transformar o seu “poder” de produção de sentidos: já não se fala das realidades que estão sendo construídas a partir de estratégias discursivas, mas sim na mudança do referente para que a ênfase recaia sobre a própria autorreferencialidade (FAUSTO, 2005). A mídia, enquanto dispositivo, passa a ser compreendida como uma rede que se estabelece entre o dito e o não dito, com o intuito estratégico de controlar a população, por isso estão inscritos em complexas relações de poder/saber de uma sociedade que dará garantias a seu funcionamento. (sociedade do controle à biopolítica). É raiz de cada dispositivo que reside o desejo humano de felicidade. “O dispositivo é um tipo de formação que, em determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência” (FOUCAULT, 2006, p. 244). Nesse sentido, todo dispositivo é:

(...) um conjunto decididamente heterogêneo, que comporta discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, em resumo: do dito quanto do não dito, eis os elementos do

dispositivo. dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 2014, p. 45).

Assim sendo, adotamos aqui a concepção de dispositivo que significa “uma rede produtiva que passa através de todo o corpo social que não liberta sim reprime, embora a sensação dos ‘usuários’ seja contrária” (RUSSI, 2015, p. 32 *apud* FOUCAULT, 1981, p. 137), assim como a postura de Souza (2015, p. 161) que o delimita enquanto função estratégica: “O dispositivo é uma função estratégica para controlar e dominar pelo saber”. É assim que Foucault (2002) ao se questionar acerca da governamentalidade e do governo dos homens concebe a noção de dispositivo em sua obra. Logo, para pensarmos o fenômeno da autorreferencialidade midiática, vamos partir do conceito de dispositivo, que em suas muitas delimitações, sempre está vinculado a um jogo de poder no qual está inscrito.

2. As estratégias da produção discursiva autorreferencial sob o foco das relações de saber/poder:

Para Foucault, é importante estudar as relações de poder e não o poder em si. Para ele, portanto, interessa saber quais os diversos dispositivos de poder que se exercem a níveis diferentes da sociedade, em domínios e com extensões tão variados. Tais relações de poder são constantemente sustentadas pela produção de saberes de cada época, em cada lugar, de modo ininterrupto. É nessa mobilização de saberes que se produz e reproduz continuamente efeitos de poder. Sendo assim, as relações de poder estão situadas na encruzilhada entre a produção de saberes e as formas de mediação de comunicação que se conformam como o sustentáculo social.

Nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, de registro, de acumulação, de deslocamento, que é em si mesmo, uma forma de poder, e que está ligado, em sua existência e em seu funcionamento, às outras formas de poder. Nenhum poder, em compensação, se exerce sem a extração, a apropriação, a distribuição ou a retenção de um saber. Nesse nível, não há o conhecimento de um lado e a sociedade do outro ou a ciência e o Estado, mas as formas fundamentais do “poder-saber” (FOUCAULT, 2006, p. 19).

Tais relações de poder são sustentadas por esse autor naquilo que chamou de “regimes de verdade”, quer dizer, aquele conjunto de discursos acolhido pela sociedade e tomados como verdadeiros e, logo, são capazes de produzir subjetividades. Foucault (2006, p. 233) entende por verdade “o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros. Não há absolutamente instância suprema.” Para ele, há regiões nas quais os efeitos de verdade são codificados “onde o procedimento pelos

quais se pode chegar a enunciar as verdades são conhecidos previamente, regulados. São em geral os domínios científicos (...). E depois, afora as ciências, tem-se também os efeitos de verdade ligados ao sistema de informações (...)”. (FOUCAULT, 2006, p. 233). Com a autorreferencialidade, nota-se o movimento da construção de verdades de si no discurso. Dentro dessa interface entre saber, poder e verdade, Foucault desenvolveu suas pesquisas em torno de compreender como as formas de saber-poder se transformam com o passar do tempo na sociedade. Seu percurso teórico parte das noções do poder soberano, presente no período feudal, que era caracterizado pelo direito do soberano sobre a vida e a morte de seus súditos (FOUCAULT, 2006). A vida e a morte passam, assim, a compor um cenário de natureza política, e não mais natural. O poder soberano começa sua derrocada com o crescimento das cidades e das indústrias, momento em que se cria um verdadeiro campo de batalha entre o povo e o rei. Devido ao elevado desgaste político gerado pelas punições públicas, passa-se à prática de punição via prisões.

Simultaneamente ao desenvolvimento das cidades e do comércio surgiu a noção de sujeitos livres, senhores de si, independentes do poder soberano. Gradativamente, a sociedade foi se enquadrando nos valores pautados pela produtividade e pelo progresso, a partir dos quais assistiu à passagem do poder soberano para o poder disciplinar (FOUCAULT, 2006). O poder disciplinar, por sua vez, se caracteriza principalmente pela necessidade de produzir corpos disciplinados, produtivos e dóceis. Para tanto, era necessário desenvolver mecanismos que conseguissem executar o controle social pela vigilância, o maior exemplo do poder disciplinar está no modelo do panóptico.

Em nome da sobrevivência individual e social, assim como da manutenção da vida humana, desenvolveu-se o que Foucault (2012) chamou de biopoder, um poder que age diretamente sobre os corpos dos indivíduos. Do biopoder nasce a biopolítica que nada mais é do que a inserção discursiva da vida humana em práticas de questionamento. A vida humana como um todo foi inserida em campos específicos de conhecimento, compondo assim a produção de saberes sobre si que é capaz de identificar o “normal” e o “anormal”. É dentro desse processo de produção de saberes que a mídia está inserida. Juntamente com os saberes científicos, os saberes midiáticos compõem uma rede discursiva que revelam os modos de ser do sujeito contemporâneo, de modo holístico. A mídia, assim, é capaz de normalizar o que representa ser um sujeito humano no mundo de hoje, assim como didatiza os diferentes modos de como não ser. Desse modo, instaura-se como uma verdade a questão de a mídia precisar de uma “atualização constante” como forma de dar garantias a sua sobrevivência na sociedade. E

essa verdade se estende para a vida dos sujeitos que, caso não sigam à regra, correm o risco de não mais existirem perante o mundo social.

Ao analisar a passagem da sociedade disciplinar para a concepção de governo, Foucault (2012) procurou evidenciar o fato de que enquanto a primeira tinha o foco no domínio do território, a segunda centrava o foco do olhar na população. Mas isso não quer dizer necessariamente que houve uma substituição de um tipo de sociedade por outra. A noção de governo sobre a vida (*bios*) desencadeia diversas práticas que propiciam a governamentalização, isto é, a forma de controlar, regular, coordenar a circulação de mercadorias, ideias, saberes, corpos, dentro das práticas sociais, tanto individuais, quanto coletivas. Paralelamente a essa forma de governo, com o intuito de dar garantias de sobrevivência às formas de governamentalização, aparecem os diversos dispositivos de segurança que vem salvaguardar esse modo de exercer o governo. Tais dispositivos de segurança trazem consigo um conjunto disciplinar que une diversas técnicas de vigilância dos indivíduos. Tais técnicas são capazes de classificar, padronizar e diagnosticar os indivíduos no nível de suas subjetividades de tal modo que produzem sujeitos capazes de trabalhar, viver, sentir e, sobretudo, ansiar por uma vida melhor e feliz.

A mídia, especialmente por meio de seus discursos autorreferenciais, constitui-se como mais um dispositivo de segurança que atua diretamente na estruturação das subjetividades contemporâneas, na constituição dos desejos de nossa época. Esse regime de verdades midiáticas não se restringe a um ou outro campo da vida do sujeito, como acontecia nas sociedades mediatizadas. Em tempos de mediatização social, o regime de verdade midiático se estende a toda existência dos sujeitos com o intuito de produzir e reproduzir diversas formas possíveis de subjetividades, para não dizer toda e qualquer forma. Não bastava mais que a mídia fizesse circular informações dos diversos campos sociais: agora, é preciso fazer circular informações sobre si, seus modos de ser e de fazer cotidianos. Nesse sentido, entende-se que os enunciados autorreferentes potencializam a governamentalização social. Pode-se dizer que na sociedade governamentalizada, a produção do sujeito perpassa por técnicas de normalização e dispositivos de segurança que, por sua vez, são amplamente divulgados no campo social.

Por reconhecer que a mídia ocupa um lugar de destaque na vida cotidiana das pessoas, de modo que sua existência e formas de atuação sejam capazes de produzir uma vida feliz justamente por ter a missão de informar, didatizar os processos noticiosos, ser uma fonte legítima de informações, trazer os diversos lados de um fato, explicar processos complexos e orientar a população em casos de dúvida, é que emerge a possibilidade da aparição dos discursos autorreferenciais. Portanto, problematizar os discursos autorreferenciais se faz

necessário porque sua aparição se dá pelo fato de a mídia se inscrever no interior de uma racionalidade que objetiva o governo da população, sendo que nessa empreitada os mecanismos de segurança se configuram como dispositivos indispensáveis para sua efetivação. O processo de normalização na sociedade do biopoder busca governar os indivíduos de modo coletivo, dirigindo suas condutas, desejos, vontades.

A produção de verdades midiáticas hoje engloba um conjunto de estratégias de intervenção sobre o organismo coletivo ao produzir modos de subjetivação: os indivíduos são levados a acreditar que escolhem “por si” e “para si” seus modos de ser, fazer, viver ao primarem pela qualidade de vida e bem estar social. A partir da autorreferencialidade, essa relação entre poder e práticas sociais se torna responsável pela produção de domínios do saber que fazem emergir novas formas possíveis de sujeitos e novas subjetividades. A própria interação objetivada pela mídia se conforma como um dispositivo de confissão, enquanto estratégia do biopoder. A disciplina consiste em uma prática de assujeitamento orientada por um parâmetro de normalidade, dada a partir de uma prática normatizadora. Logo, esse processo de normalização do sujeito leitor registrados por meio da aparição dos discursos autorreferenciais compõem o conjunto de práticas discursivas que constituem dispositivos de subjetivação organizados pela segurança e controle.

Foucault (2004, p. 231) esclarece que seu objetivo principal é criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos. O foco do questionamento é o modo como o saber circula e funciona, articulado às relações de poder. Essa forma de poder “categoriza o indivíduo, marca-o com a sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõem-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que o outro têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos” (FOUCAULT, 2004, p. 235). Os mecanismos de subjetivação são aqueles que ligam o indivíduo a si mesmo e o submete aos outros, desencadeando a submissão da subjetividade. A luta contra esses mecanismos de subjetivação configura-se como formas de resistência que prevalecem em nossos dias pelo fato de uma nova forma de política e de poder ter se desenvolvido em nossa sociedade desde o século XVI: o Estado (FOUCAULT, 2004).

O Estado, por sua vez, se configura como um “poder político que ignora os indivíduos, ocupando-se apenas com os interesses da totalidade, ou, eu diria, de uma classe ou um grupo dentre os cidadãos” (FOUCAULT, 2004, p. 236). Vê-se no Estado uma combinação astuciosa das técnicas de individualização e dos procedimentos de totalização. Isso se deve ao fato de que o Estado moderno ocidental ter integrado numa nova forma política, uma antiga tecnologia de poder, originada nas instituições cristãs que é o poder pastoral: poder que precisa ser exercido

sobre o conhecimento da mente das pessoas, explorando suas almas, de modo a fazer-lhes revelar seus segredos mais íntimos: “implica um saber da consciência e a capacidade de dirigi-la” (FOUCAULT, 2004, p. 237). No final do século XVIII e início do século XIX, o poder pastoral perdeu força dentro das instituições eclesiais, mas se multiplicou fora delas. O Estado Moderno surgiu como uma “estrutura sofisticada na qual os indivíduos podem ser integrados sob uma condição: que a essa individualidade se atribuísse uma nova forma: submetendo-a a um conjunto de modelos específicos” (FOUCAULT, 2004, p. 237). Os indivíduos, assim, tinham modelos específicos a seguirem. O Estado Moderno, assim, foi a matriz moderna da individualização ou uma nova forma de poder pastoral. Hoje, talvez possamos dizer que a mídia se configura como mais uma matriz da individualização ou uma atualização do poder pastoral.

A mídia hoje incorpora o chamado efeito profeta ao ditar fórmulas prontas, receitas para as vidas. Por sua vida pessoal ser tão interessante, ora faz dela um segredo, ora torna-a pública: “as pessoas devem elaborar sua própria ética. Toda essa rede prescritiva deve ser elaborada e transformada pelas próprias pessoas” (FOUCAULT, 2014, p. 205). Hoje não se tem mais tempo para se elaborar sua própria ética. É tudo dado de modo tão fácil, ágil que automatiza o processo. E principalmente: a mídia exerce o papel do profeta que oferece fórmulas prontas e receitas infalíveis. Emerge, assim, certa importância dada ao comportamento diante das mídias na definição da individualidade: um ser midiático. Trata-se de uma mudança na economia das condutas midiáticas de nossa sociedade midiática. Tal prática projeta uma nova economia de condutas individualizantes dos sujeitos leitores. O desejo de aparecer, ler, ver, dizer, é um índice profundo de sua individualidade. “No âmbito da plataforma midiática, se a linguagem exprime, não o faz na medida em que imite e reduplique as coisas, mas na medida em que manifesta e *traduz o querer fundamental* daqueles que falam” (RUSSI, 2015, p. 36 *apud* FOUCAULT, p. 306).

3. O cuidado de si midiático e a arte de governar

Do cuidado de si clássico ao sujeito moderno, Foucault (2014, p. 228) traz a concepção de cuidado de si na cultura helênica, ou seja, a *epimeleia heautou*, que dizia respeito à aplicação, ao zelo consigo mesmo. Nesse tempo, o saber era capital, o conhecimento de mundo era elementar. Os valores estéticos eram centrados em si e em sua vida. Com a chegada do cristianismo, desenvolveu-se a ideia de um “si” que era preciso renunciar. E experiência de si não é essa descoberta de uma verdade escondida, mas uma tentativa de determinar o que se pode fazer e o que não se pode fazer da liberdade que dispõe:

A partir do momento em que a cultura de si foi retomada pelo cristianismo, ela foi colocada a serviço do exercício de um poder pastoral, na medida em que a *epimeleia heautou* se tornou essencialmente a *epimeleia ton allon* – o cuidado com os outros –, o que era o trabalho do pastor (FOUCAULT, 2014, p. 235).

A partir disso, levantamos como hipótese a seguinte questão: enquanto para os gregos antigos, o cuidado de si levaria o sujeito a alcançar a verdade, pois, conforme defende Foucault (2003), a verdade de si só seria possível a partir das relações consigo, hoje, a verdade de si só é possível a partir do conhecimento proposto pela mídia de modo que o imperativo dos dias atuais seria mais ou menos assim: “Conheça a mim para conhecer-te a ti mesmo”.

Ao pensarmos a autorreferencialidade midiática como uma narrativa específica da revelação midiática contemporânea que almeja a confissão de seus públicos, retornaremos na história para entendermos o nascimento e o papel da confissão no Ocidente. De acordo com Foucault (2003, p. 237) “o cristianismo, se não inventou, ao menos instaurou um procedimento de confissão inteiramente singular na história das civilizações, coação que permaneceu durante séculos e séculos”. O autor explica, ainda, que após a Reforma, o discurso da confissão se expandiu, indo além das práticas de penitência, podendo ter “funções psicológicas, de melhor conhecimento de si mesmo, de melhor domínio de si, de esclarecimento de suas próprias tendências, de possibilidades de gerir sua própria vida” (FOUCAULT, 2003, p. 237). Foi também nesse momento que se desenvolveu a literatura em primeira pessoa “em que as pessoas têm seu diário, dizem o que fizeram, contam seu dia, prática que se desenvolveu sobretudo nos países protestantes” (FOUCAULT, 2003, p. 237).

Tal difusão foi tão expressiva que se expandiu aos veículos de comunicação: chegou às rádios, TVs e jornais e, nos dias de hoje, se estende especialmente para as redes sociais digitais (*Facebook, Instagram* entre outras), nas quais as pessoas são convocadas a falar, a contar suas verdades mais íntimas, dentro de um regime de visibilidade já previsto no Panoptismo. Em nome da interação, exige-se a confissão constante dos públicos e, com o intuito de otimizar tal confissão, agora as mídias também confessam suas verdades, por meio dos discursos autorreferenciais. Como Foucault já pressupunha, “a história da confissão não termina assim, haverá outras peripécias”. (FOUCAULT, 2003, p. 238). A prática da confissão está intimamente ligada à antiga tradição do castigo e da punição de criminosos. Acreditava-se que a confissão fosse uma operação transformadora do criminoso, pois “a transformação de sua alma implicava que esse homem fosse conhecido e se manifestasse” (FOUCAULT, 2003, p. 238).

No caso do dispositivo midiático, por meio da autorreferencialidade, nota-se que ocorre a potencialização do ato de querer contar tudo aquilo que só fazia parte do âmbito do privado, com ares de segredo, operando como um dispositivo de confissão, mas sugerindo certa espontaneidade nesse ato. “Ao nomearmos, governamo-nos, isto é, dizemos e vigiamos – estratégias e práticas do biopoder. Isso faz com que o poder se sustente e seja aceito, entalhando e produzindo coisas, como o prazer de expor-se” (RUSSI, 2015, p. 32). Atualmente, vivemos na sociedade de subjetivação que agrega as mais diversas técnicas de si mesmo, assim como as chamadas “tecnologias do eu” com o propósito de alcançar o conhecimento de si. Mas diante de tantas informações, de tantos padrões e modelos, fica cada vez mais difícil se conhecer verdadeiramente. Somos constantemente estimulados a nos reconhecermos nesses modelos prontos e prescritos. Isso tudo nos faz compreender a mídia como um dispositivo “voltado para a massificação dos modos de ser” (RUSSI, 2015, p. 37).

É pela observação do dispositivo midiático que podemos compreender como acontece o exercício do biopoder na sociedade de subjetivação, na qual a autovigilância e o autoconhecimento operam. Neste caso particular, diante dos discursos autorreferenciais da mídia, é feito o convite de se conhecer nesse dispositivo, quer dizer, conhecer-se a si mesmo a partir do conhecimento do que vem a ser a mídia. Essa performance exige que cada sujeito - para se conhecer - primeiro precise conhecer o fazer midiático. A mídia investe em si tanto em termos de visibilidade quanto enunciações possíveis, para que o outro reconheça nesse saber o seu lugar, o seu papel. É nesse momento que ganha corpo o conceito de governamentabilidade, enquanto um processo de produção de subjetividades. Desse modo, ao passo que a mídia é objetivada nos discursos autorreferenciais, produz-se um processo de subjetivação dos sujeitos. Essa objetivação da mídia, para ela e para seus públicos, ocorre por meio de processos de confissão, do mesmo modo que a subjetivação dos sujeitos também é permeada por esse mesmo procedimento. A governamentabilidade é o “encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (CASTRO, 2009, p. 191).

As “técnicas de si” ou “tecnologias do eu”² são esclarecidas na obra foucaultiana como sendo os procedimentos “pressupostos ou transcritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins, e isso graças a relações de domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si” (FOUCAULT, 2003, p. 109). Analisando-se as modernas técnicas subjetivantes, chega-se às técnicas de si, mobilizadas especialmente nos dias

² Prado Junior (2009) revela que prefere o termo “práticas de si” ou “tecnologias de si”, “tendo em consideração que as práticas dos sujeitos sobre si mesmo compreendem bem mais que um conjunto de cuidados consigo, incluindo também relações estéticas que o sujeito mantém consigo mesmo (.) além das práticas do conhecimento de si” (2009, p. 244).

de hoje através das mídias: “o exercício a verdade se encontra a serviço das técnicas e subjetivação moderna: aparelhos confessionais” (ORTEGA, 1999, p. 119).

É por meio delas que os indivíduos conseguem operar transformações sobre si mesmos, afim de alcançar a felicidade e o bem-estar almejados. Diante desse conjunto de operações autorreferências, o procedimento da confissão ganha duplo sentido: se transforma no modo pelo qual a mídia se torna visível para si mesma e para o outro, de modo a fazer com que esse outro também se torne visível para si mesmo. É mais um saber que esse indivíduo precisa adquirir para se tornar sujeito contemporâneo. Portanto, acredita-se que seja o imperativo da biopolítica que possibilita a emergência do movimento autorreferencial: em tempos de mediação social, é preciso que se diga alguma coisa nova a cada instante, em nome da atualidade, eternizando-se a prática da confissão. E é com as confissões que se ditam as principais regras e formas de ser feliz e bem viver em nossos dias. Para fins de conclusão, podemos dizer que hoje relegou-se à mídia esse cuidado de si que implica a relação com o outro, uma vez que para cuidar bem de si é preciso ouvir as lições que ela apresenta, de modo prescritivo. É nesse instante que o cuidado de si midiático se aproxima da arte de governar.

Referências

CASTRO, Eduardo. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Ditos e Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Ditos e Escritos IX. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Ditos e Escritos IX. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FAUSTO, Antônio Neto. “**Mediatização: Prática Social, Prática de Sentido?**” *Paper* apresentado no Seminário Internacional da Rede Prosul – CNPq. São Leopoldo, 2005.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2012

ORTEGA, F. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1999.

PRADO FILHO, Kleber. Considerações acerca do cuidado de si mesmo contemporâneo. In: NASCIMENTO, Silvia Tedesco (org.). **Ética e subjetividade**: novos impasses no contemporâneo. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RUSSI, Pedro. Legem Habemus: dispositivo de confissão. In: SOUZA, Kátia Menezes de; PAIXÃO, Humberto Pires da (Org.). **Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault**: biopolítica, corpo e subjetividade. São Paulo: Intermeios; Goiânia: UFG, 2015. Pp. 31 a 42.

SOUZA, Kátia Menezes de. Inovar em AD com Foucault: a tecnologia dos enunciados no funcionamento dos dispositivos de poder. In: SOUZA, Kátia Menezes de; PAIXÃO, Humberto Pires da (Org.). **Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault**: biopolítica, corpo e subjetividade. São Paulo: Intermeios; Goiânia: UFG, 2015. Pp. 145 a 172.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.